

A complexidade do sistema tributário e a necessidade de simplificação

Kethlen Buenos¹

Jacyara Aline Moreira Santos²

Luiz Antônio De Carvalho Godinho³

Recebido em: 01.07.2023

Aprovado em: 12.07.2023

Resumo: O sistema tributário desempenha um papel fundamental na economia de qualquer país, sendo responsável por arrecadar recursos para financiar as atividades do governo. No entanto, a complexidade do sistema tributário pode gerar dificuldades e custos adicionais para as empresas e indivíduos, prejudicando a competitividade e o crescimento econômico. Diante desse contexto, a simplificação do sistema tributário torna-se uma necessidade urgente, tanto para os contribuintes quanto para o próprio governo. Este artigo tem como objetivo discutir a complexidade do sistema tributário, as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas e indivíduos, as abordagens para a simplificação e a importância desse tema para a economia e a sociedade em geral.

Palavras-chave: complexidade; simplificação; sistema tributário; dificuldades; abordagens.

The Complexity of the Tax System and the Need for Simplification

Abstract: The tax system plays a key role in the economy of any country, being responsible for raising funds to finance government activities. However, the complexity of the tax system can generate difficulties and additional costs for companies and individuals, harming competitiveness and economic growth. Given this context, the simplification of the tax system becomes an urgent need, both for taxpayers and for the government itself. This article aims to discuss the complexity of the tax system, the main

¹ Aluno discente do curso de Ciências Contábeis. Email:kethlenbuenos999@gmail.com.

² Revisora. Mestre em Administração - Fundação Pedro Leopoldo. Pós-Graduação em Gestão Fiscal e Tributária Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contadora na Empresa ESCON Contabilidade.

³ Revisor. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004), especialização em Gestão Estratégica de Marketing pelo CEGE/UFMG (2001) e graduação em Comunicação Social. Professor do Centro Universitário Newton Paiva e Faculdade Minas Gerais.

difficulties faced by companies and individuals, approaches to simplification and the importance of this topic for the economy and society in general.

Keywords: complexity; simplification; tax system; difficulties; approaches.

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário é uma peça fundamental na estrutura de qualquer economia, desempenhando um papel essencial na arrecadação de recursos para o Estado e no equilíbrio das finanças públicas. No entanto, é notório que o sistema tributário atual apresenta uma complexidade considerável, o que acarreta uma série de desafios e dificuldades para os contribuintes e para a administração pública.

O presente artigo tem como objetivo analisar a complexidade do sistema tributário e discutir a necessidade urgente de simplificação. Para tanto, serão examinados diversos aspectos relacionados ao tema, desde a complexidade do sistema tributário em si até as leis tributárias no Brasil e os desafios enfrentados para o cumprimento das obrigações fiscais. Além disso, serão exploradas as principais diferenças entre legislações tributárias em diferentes jurisdições, a fim de compreender as variáveis envolvidas nesse contexto.

Diante desse panorama, serão satisfatórios também as principais propostas para simplificar o sistema tributário, considerando tanto os aspectos legislativos quanto os processuais. Serão mantidas medidas como a unificação de impostos, a redução de burocracia, a melhoria da transparência e a adoção de tecnologias modernas.

Ao longo deste artigo, serão utilizadas citações de estudiosos, pesquisadores e especialistas na área tributária, a fim de embasar as discussões e enriquecer o conteúdo. Por meio dessa análise, busca-se contribuir para o debate sobre a complexidade do sistema tributário e apresentar propostas de simplificação que possam trazer benefícios tanto para os contribuintes quanto para a sociedade como um todo.

Com base nessa introdução, o artigo seguirá seguido em capítulos, abordando a complexidade do sistema tributário, as leis tributárias no Brasil e seus desafios, as diferenças entre legislações tributárias em diferentes jurisdições, e, por fim, as principais abordagens para simplificar o sistema tributário.

2 COMPLEXIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

O sistema tributário é um conjunto de normas, leis e regulamentos que definem como são cobrados os impostos e taxas em uma determinada jurisdição. No entanto, é inegável que o sistema tributário atual apresenta uma complexidade considerável, caracterizada por uma intrincada rede de regras e obrigações fiscais. Essa complexidade tem gerado impactos tanto para os contribuintes quanto para a administração pública, tornando a conformidade tributária um desafio constante. (PEREIRA, 2018, p. 45)

2.1 As Causas da Complicação

Diversos fatores resultaram para a complexidade do sistema tributário. Um deles é a natureza multifacetada das atividades físicas modernas, que exige uma variedade de impostos e obrigações tributárias para abranger as diferentes formas de geração de renda e riqueza. Além disso, a evolução tecnológica constante e a globalização dos negócios aumentaram a complexidade das transações financeiras e comerciais, exigindo respostas padronizadas por parte do sistema tributário.

Outra causa da complexidade é a própria estrutura do sistema tributário, com sua multiplicidade de normas e dispositivos legais. No Brasil, por exemplo, existem diversos impostos federais, estaduais e municipais, cada um com suas particularidades e legislações específicas. Essa fragmentação gera dificuldades para os contribuintes entenderem e cumprirem todas as obrigações fiscais, especialmente para as empresas que operam em diferentes estados ou municípios. (COELHO, 2016, p.78)

2.2 Impactos Da Complexidade

A complexidade do sistema tributário traz consigo uma série de efeitos negativos. Um deles é o elevado custo de compliance, ou seja, o gasto de tempo e recursos financeiros necessários para o cumprimento das obrigações fiscais. As empresas precisam manter equipes especializadas em contabilidade e fiscalidade, além de investir em sistemas e tecnologias para lidar com a complexidade tributária. Esses custos adicionais podem afetar a competitividade das empresas, especialmente como de menor porte. (MANEIRA, 2017, p. 91)

Além disso, a complexidade também gera insegurança jurídica, pois a interpretação das normas tributárias nem sempre é clara e objetiva. Isso abre margem para diferentes entendimentos e disputas entre os contribuintes e o fisco, gerados em litígios e processos que podem se arrastar por anos. A insegurança jurídica prejudica o ambiente de negócios e desestimula investimentos, afetando o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. (TORRES, 2014, p. 225)

2.3 Exemplos de Complexidade Tributária

Para ilustrar a complexidade do sistema tributário, é possível mencionar algumas situações recorrentes. Uma delas é a necessidade de cumprir uma série de obrigações acessórias, como preenchimento de declarações, emissão de notas fiscais, escrituração de livros contábeis, entre outros. Cada uma dessas obrigações possui regras específicas e prazos a serem cumpridos, o que pode gerar confusão e erros por parte dos contribuintes. (CARVALHO, 2020, P.67)

Outro exemplo é a existência de uma ampla gama de regimes tributários, cada um com suas particularidades e critérios de enquadramento. No Brasil, por exemplo, temos o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real, entre outros regimes, cada um com suas próprias regras de participação e benefícios fiscais. A escolha do regime adequado e o cumprimento de todas as exigências relacionadas a ele podem ser uma tarefa complexa e requisição especializada. (LOPES, 2019, P.153)

A complexidade também se manifesta na diversidade de alíquotas e bases de cálculo dos impostos. No Brasil, temos uma extensa lista de impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Serviços (ISS), cada um com suas próprias regras de incidência e cálculo. Essa diversidade gera dificuldades adicionais para os contribuintes, que precisam acompanhar constantemente as mudanças nas legislações e calcular corretamente os valores a serem pagos. (LOPES, 2019, P.153)

2.4 Consequências da Complexidade Tributária

A complexidade do sistema tributário não apenas gera dificuldades práticas para os contribuintes, mas também traz consequências negativas para a economia como um

todo. A elevada carga burocrática e os altos custos de conformidade tributária desestimulam a formalização de negócios e incentivam a sonegação fiscal, prejudicando a arrecadação do Estado e afetando os investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. (PEREIRA,2018,P.112)

Além disso, a complexidade tributária também afeta a atratividade do país para investimentos estrangeiros. Empresas que consideram suas operações para novos mercados levam em conta diversos fatores, incluindo a simplicidade e a estabilidade do sistema tributário. Países com sistemas tributários mais simplificados e previsíveis tendem a atrair mais investimentos, o que contribui para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. (PEREIRA, 2018, p. 112)

A complexidade do sistema tributário é um desafio enfrentado por empresas e indivíduos em diversas jurisdições, e o Brasil não é exceção. A multiplicidade de normas, a diversidade de regimes e a constante evolução das legislações têm gerado uma carga excessiva de obrigações fiscais e custos de conformidade. Essa complexidade impacta a competitividade das empresas, a segurança jurídica e o desenvolvimento econômico do país. (PEREIRA, 2018, p. 112)

No próximo capítulo, abordaremos as leis tributárias no Brasil e os principais desafios do cumprimento das obrigações fiscais. Foram analisados os principais impostos e suas particularidades, bem como os aspectos mais complexos da legislação tributária brasileira.

3 LEIS TRIBUTÁRIAS NO BRASIL E OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Brasil possui um sistema tributário complexo e abrangente, com uma extensa legislação que regula a cobrança de impostos e o cumprimento das obrigações fiscais. Neste capítulo, exploraremos as leis tributárias no Brasil e os principais desafios enfrentados pelos contribuintes no cumprimento de suas obrigações fiscais. Analisaremos os principais impostos, suas particularidades e os aspectos mais complexos da legislação tributária brasileira.

3.1 Impostos no Brasil

No sistema tributário brasileiro, existem diversos impostos que incidem sobre as diferentes atividades metabólicas. Alguns dos principais impostos federais são o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Além disso, há impostos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e impostos municipais, como o Imposto sobre Serviços (ISS). (ROCHA, 2019, p. 75)

Cada imposto possui suas próprias regras de incidência, alíquotas e bases de cálculo, o que aumenta a complexidade do sistema tributário. A interpretação e aplicação dessas normas tributárias podem ser exigidas para os contribuintes, especialmente para aqueles que atuam em diferentes estados ou municípios. (ALVES, 2022, p. 56)

3.2 Principais Desafios do Cumprimento das Obrigações Fiscais

O cumprimento das obrigações fiscais no Brasil é um desafio constante para os contribuintes. Dentre os principais desafios, destacam-se:

Cumprimento das obrigações acessórias que se traduz numa das dificuldades enfrentadas pelos contribuintes é o cumprimento das obrigações acessórias, que são as obrigações burocráticas e documentais exigidas pelo fisco. Isso inclui a elaboração e envio de declarações, como a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIPJ) e a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), além da emissão de notas fiscais e registro de livros contábeis. O cumprimento dessas obrigações requer o conhecimento detalhado das normas tributárias e a adoção de sistemas e processos adequados. (ALVES, 2022, p.56)

3.3.1 Classificação e enquadramento tributário

Outro desafio é a correta classificação e enquadramento tributário das atividades e operações realizadas pelos contribuintes. No Brasil, existem diferentes regimes tributários, como o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real, cada um com suas próprias regras e benefícios fiscais. A escolha do regime adequado e o cumprimento das obrigações relacionadas a ele aprenderam conhecimento

especializado e análise criteriosa das atividades desenvolvidas pela empresa. (SOUZA,2020,P.112)

3.3.2 Complexidade das normas e interpretação jurídica

A complexidade das normas tributárias e a interpretação jurídica são desafios adicionais enfrentados pelos contribuintes. A legislação tributária brasileira é extensa e detalhada, com diversas normas, instruções normativas e decisões administrativas que devem ser seguidas. No entanto, muitas vezes essas normas são interpretadas de forma subjetiva, o que gera variações e divergências de compreensão. A falta de clareza e objetividade na interpretação das normas tributárias pode levar a disputas entre os contribuintes e o fisco, resultantes em litígios e processos longos e custódios. (ROCHA,2019,P.75)

3.3.3 Controle e acompanhamento das legislações

A legislação tributária no Brasil passa por constantes alterações e atualizações, o que exige um esforço contínuo por parte dos contribuintes para acompanhar e compreender essas mudanças. Novas leis, decretos e instruções normativas são publicadas regularmente, impactando as obrigações fiscais e os procedimentos a serem adotados. O desafio reside em manter-se atualizado e garantir a conformidade com as novas exigências legais, evitando débitos e multas. (OLIVEIRA, 2018, p.102)

3.3.4 Planejamento tributário e otimização de recursos

Diante da complexidade do sistema tributário brasileiro, o planejamento tributário se torna uma estratégia essencial para as empresas. O desafio está em identificar oportunidades de redução da carga tributária dentro dos limites legais, buscando a otimização de recursos e benefícios fiscais. No entanto, o planejamento tributário deve ser realizado de forma ética e em conformidade com as normas vigentes, evitando práticas abusivas e ilegais. (PEREIRA,2018,P.67)

O cumprimento das obrigações fiscais no Brasil é um complexo para os contribuintes, devido à extensa legislação tributária, às diferentes normas e regimes tributários, à interpretação subjetiva das normas e às constantes alterações legislativas. Esses desafios impactam a gestão das empresas, com recursos financeiros e humanos

adicionais para garantir a conformidade com as obrigações fiscais. (FERNANDES,2021, P.89)

É fundamental que os contribuintes estejam atentos às legislações, busquem assessoria especializada e adotem sistemas e processos eficientes para o cumprimento das obrigações fiscais. Além disso, é necessário um diálogo constante entre os setores público e privado, visando simplificar e aprimorar o sistema tributário, ansiosamente sua complexidade e promover um ambiente mais favorável aos negócios e ao desenvolvimento econômico do país. (ALMEIDA,2021,P.92)

No próximo capítulo, analisaremos as principais diferenças entre legislações tributárias em diferentes jurisdições, destacando abordagens e práticas adotadas em outros países para simplificar o sistema tributário.

4 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE LEGISLAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM DIFERENTES JURISDIÇÕES

Cada país possui sua própria legislação tributária, o que resulta em diferença significativa entre as obrigações fiscais e os regimes tributários adotados em diferentes jurisdições. Neste capítulo, serão abordadas algumas das principais diferenças entre as legislações tributárias em diferentes países, destacando-se os aspectos relevantes que influenciam a complexidade do sistema tributário e a conformidade fiscal.

Pela variedade de impostos e regimes tributários verifica-se que uma das principais diferenças entre as legislações tributárias diz respeito à variedade de impostos existentes em cada país. Enquanto alguns países possuem um sistema tributário mais simplificado, com poucos impostos e alíquotas fixas, outros apresentam uma grande diversidade de impostos, cada um com suas próprias regras de incidência e controladas. (OLIVEIRA,2018,P.32)

Além disso, cada país pode adotar diferentes regimes tributários para classificar as empresas de acordo com seu porte, atividade econômica ou faturamento. Esses regimes podem oferecer benefícios fiscais e simplificações tributárias específicas para determinados setores ou tipos de empresas. A variedade de impostos e regimes tributários em diferentes jurisdições aumenta a complexidade para as empresas que

operam em mais de um país, pois devem compreender e cumprir as diferentes normas e obrigações fiscais. (CARVALHO,2019, P.89)

Outra diferença relevante entre as legislações tributárias está nas bases de cálculo e alíquotas dos impostos. Cada país define suas próprias regras para determinar como os impostos serão calculados e quais são as alíquotas cumpridas. Essas diferenças podem resultar em variações na carga tributária para empresas e indivíduos, dependendo da jurisdição em que se encontram. (SILVA,2020,P.72)

Por exemplo, alguns países adotam alíquotas progressivas de imposto de renda, em que a taxa aumenta à medida que aumenta a renda do contribuinte. Outros países podem adotar alíquotas fixas ou proporcionais, em que a taxa é a mesma para todos os contribuintes, independentemente de sua renda. Essas diferenças na base de cálculo e alíquotas podem afetar a competitividade das empresas e a distribuição da carga tributária entre os contribuintes.

As legislações tributárias também podem apresentar diferenças significativas em relação aos incentivos fiscais e benefícios concedidos às empresas em determinadas regiões ou setores industriais. Muitos países adotam políticas de desenvolvimento regional, oferecendo incentivos fiscais, como redução de alíquotas ou isenções, para atrair investimentos e estimular o crescimento econômico em áreas específicas. (ROCHA,2017,P.124)

Além disso, os governos podem conceder benefícios fiscais para promover atividades consideradas de interesse público, como investimentos em pesquisa e desenvolvimento, preservação ambiental ou setores estratégicos para o desenvolvimento do país. Esses benefícios fiscais podem incluir créditos tributários, deduções especiais ou até mesmo regimes tributários diferenciados. (ALMEIDA,2019,P.58)

No entanto, a diferença nos incentivos fiscais entre as jurisdições pode gerar uma competição desleal entre as empresas, levando à chamada "guerra fiscal". Isso ocorre quando os locais governamentais oferecem benefícios fiscais excessivos para atrair

empresas, causados em distorções na concorrência e perdas de arrecadação para o país como um todo. (FERNANDES,2021,P.102)

Apresentam diferenças em relação às práticas de transparência e compliance. Alguns países adotam medidas rigorosas de transparência fiscal, observando relatórios detalhados das operações financeiras das empresas, como a Declaração País-a-País (Country-by-Country Reporting), que visa identificar possíveis práticas de elisão fiscal. (BARBOSA,2016,P.93)

Além disso, existem diferenças na forma como as auditorias fiscais são conduzidas e na aplicação das obrigações por não conformidade. Alguns países adotam abordagens mais rigorosas e punições mais diversas para aqueles que descumprem as obrigações fiscais, enquanto outros podem ter processos mais flexíveis e lenientes. (PEREIRA,2018,P.67)

A diversidade de legislações tributárias em diferentes jurisdições traz consigo uma série de consequências. Em primeiro lugar, como empresas que operam em vários países precisam lidar com a complexidade de compreender e cumprir diferentes normas e obrigações fiscais, o que pode aumentar os custos de conformidade e a necessidade de especialização em questões tributárias internacionais. (COELHO,2016,P.78)

Além disso, a diversidade de legislações tributárias pode facilitar a evasão fiscal e a elisão fiscal agressiva. Empresas e indivíduos podem explorar diferenças nas bases de cálculo, alíquotas e incentivos fiscais entre jurisdições para reduzir sua carga tributária de forma legal ou ilegal. Isso cria desafios para o governo na implementação de medidas eficazes de combate à evasão fiscal e na promoção de uma consideração mais justa e equitativa. (TORRES,2014,P.112)

As diferenças nas legislações tributárias entre as jurisdições têm um impacto significativo na complexidade do sistema tributário global. A variedade de impostos, regimes tributários, bases de cálculo, alíquotas, incentivos fiscais e práticas de compliance criam um ambiente desafiador para empresas e indivíduos que operam em âmbito internacional.

Nesse sentido, a busca por uma maior harmonização e cooperação entre os países na área tributária tem se tornado uma preocupação crescente. Organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), têm trabalhado na elaboração de diretrizes e acordos para promover a transparência fiscal, prevenir a evasão fiscal e reduzir a complexidade tributária. (SILVA,2020, P.89)

No próximo capítulo, discutiremos as principais abordagens para simplificar e harmonizar as legislações tributárias em nível internacional, visando facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e promover uma satisfação mais justa e eficiente.

5 PRINCIPAIS ABORDAGENS PARA SIMPLIFICAR O SISTEMA TRIBUTÁRIO

A complexidade do sistema tributário é um desafio enfrentado por muitos países, e diversas abordagens têm sido propostas para simplificar esse sistema e torná-lo mais eficiente. Neste capítulo, iremos evidenciar algumas das principais abordagens utilizadas para simplificar o sistema tributário, visando facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e promover um ambiente mais favorável para os contribuintes.

- **Unificação e redução de impostos:** uma das abordagens mais comuns para simplificar o sistema tributário é a unificação e redução de impostos. Isso envolve a fusão de diversos impostos existentes em um único imposto, eliminando sobreposições e ansiedade a complexidade das obrigações fiscais. Um exemplo é o caso do Brasil, que implementou o Simples Nacional, um regime tributário simplificado que unifica diversos impostos e facilita o cumprimento das obrigações fiscais para micro e pequenas empresas. (SILVA,2022,P.56)
- **Eliminação de obrigações acessórias desnecessárias:** outra abordagem importante para simplificar o sistema tributário é a eliminação de obrigações acessórias desnecessárias. Muitas vezes, os contribuintes são obrigados a cumprir uma série de obrigações burocráticas que demandam tempo e recursos, sem trazer efetivamente benefícios para a administração tributária. A revisão e eliminação dessas obrigações podem reduzir a carga administrativa sobre os contribuintes e simplificar o cumprimento das obrigações fiscais. (RIBEIRO,2023,P.78)

- **Padronização de normas e procedimentos:** a padronização de normas e procedimentos é uma abordagem fundamental para simplificar o sistema tributário. Isso envolve a criação de regras claras, objetivas e uniformes, assistindo a margem para interpretações diversas. A padronização também abrange a simplificação dos procedimentos de registro, pagamento e declaração de impostos, tornando-os mais acessíveis e compreensíveis para os contribuintes. (CARVALHO,2021,P.92)
- **Utilização de tecnologia e sistemas eletrônicos:** a tecnologia desempenha um papel crucial na simplificação do sistema tributário. A utilização de sistemas eletrônicos, como o uso de plataformas online para emissão de notas fiscais, declaração de impostos e comunicação com a administração tributária, agiliza os processos e reduz a necessidade de responsabilidade e papelada. Além disso, a automação de cálculos e verificações por meio de sistemas informatizados minimiza erros e facilita o cumprimento das obrigações fiscais. (OLIVEIRA,2022,P.105)
- **Educação e capacitação dos contribuintes:** Por fim, a educação e capacitação dos contribuintes são aspectos fundamentais para simplificar o sistema tributário. Promover a educação fiscal e oferecer orientações claras sobre as obrigações fiscais ajudam os contribuintes a compreenderem melhor suas responsabilidades e cumprirem corretamente suas obrigações tributárias. Além disso, a capacitação dos profissionais da área contábil e fiscal é essencial para garantir que eles tenham o conhecimento necessário para lidar com a complexidade do sistema tributário e orientar os contribuintes de forma adequada. (FERNANDES,2023,P.117)

5.1 Simplificação da Legislação Tributária

A simplificação da legislação tributária é uma abordagem fundamental para reduzir a complexidade do sistema tributário. Isso envolve uma revisão e simplificação das leis e regulamentos tributários, com o objetivo de eliminar ambiguidades, sobreposições e contradições. A simplificação da legislação permite que os contribuintes compreendam

melhor as suas obrigações e facilitem o cumprimento das mesmas. (MARTINS, 2022, p.135)

Promover a transparência e o diálogo entre o fisco e os contribuintes é essencial para simplificar o sistema tributário. Isso envolve a disponibilização de informações claras e acessíveis sobre as obrigações fiscais, bem como a abertura de canais de comunicação eficientes para esclarecer dúvidas e resolver questões relacionadas aos impostos. O diálogo entre as partes permite que os contribuintes compreendam melhor as obrigações tributárias e tenham suas preocupações ou problemas atendidos. (LIMA, 2023, p. 150)

Uma abordagem importante para manter a simplificação do sistema tributário é a avaliação periódica e a atualização das leis e regulamentos tributários. O contexto econômico e social está em constante evolução, e o sistema tributário precisa acompanhar essas mudanças. Realizar revisões regulares do sistema tributário, identificar lacunas, eliminar provisões obsoletas e introduzir melhorias contribuem para a simplificação e a eficiência do sistema tributário. (SOUZA, 2021, p.165)

A cooperação internacional e a harmonização tributária também podem contribuir para a simplificação do sistema tributário, principalmente em relação às transações comerciais internacionais. A harmonização de regras e procedimentos tributários entre diferentes jurisdições facilita a compreensão e o cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas que operam em âmbito internacional, com ansiedade a complexidade e os custos associados. (GOMES, 2022, p.182)

6 CONCLUSÃO

A complexidade do sistema tributário é um desafio presente em muitas jurisdições, incluindo o Brasil. Essa complexidade traz efeitos negativos tanto para os contribuintes quanto para a administração pública, dificultando o cumprimento das obrigações fiscais e gerando custos adicionais. No entanto, várias abordagens têm sido propostas e integradas para simplificar o sistema tributário, facilitando o cumprimento das obrigações e promovendo um ambiente mais favorável para os contribuintes.

A unificação e redução de impostos, a eliminação de obrigações acessórias desnecessárias, a padronização de normas e procedimentos, a utilização de tecnologia e sistemas eletrônicos, a educação e capacitação dos contribuintes, a simplificação da legislação tributária, a transparência e diálogo entre o fisco e os contribuintes, uma avaliação regular e atualização do sistema tributário, a cooperação internacional e a harmonização tributária são algumas das principais abordagens adotadas para simplificar o sistema tributário.

Essas abordagens visam reduzir a complexidade das obrigações fiscais, eliminar burocracias desnecessárias, fornecer maior clareza e transparência, facilitar o cumprimento das obrigações e promover um ambiente de negócios mais favorável.

No entanto, é importante ressaltar que a simplificação do sistema tributário não é um processo simples e requer um esforço conjunto entre o governo, os contribuintes e os órgãos responsáveis pela administração tributária. Além disso, é necessário realizar uma análise criteriosa das particularidades de cada jurisdição, levando em consideração aspectos psicológicos, sociais e culturais.

A simplificação do sistema tributário não apenas beneficia os contribuintes, mas também traz vantagens para a administração pública, como o aumento da arrecadação, a redução da evasão fiscal e a melhoria da eficiência na gestão dos recursos públicos.

Em suma, a simplificação do sistema tributário é uma meta necessária para promover um ambiente mais justo, transparente e favorável aos negócios. A implementação das abordagens mencionadas neste capítulo, em conjunto com uma visão de longo prazo e busca por uma atualização constante e melhoria do sistema tributário, pode contribuir significativamente para alcançar esse objetivo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Matheus Antônio. **Planejamento Tributário Simplificado**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

LOPES, Fernando Antônio. **Tributação e Complexidade: Uma Abordagem Interdisciplinar**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

MANEIRA, José Sérgio. **Compliance Tributário: Um Desafio Empresarial**. 1ª edição. Lisboa: Editora Vida Económica, 2017.

PEREIRA, Luciano Amaro. **Manual de Direito Tributário**. 12ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

TORRES, Heleno Taveira. **Sistema Tributário na Constituição de 1988**. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

ROCHA, Valdir de Oliveira. **Curso de Direito Tributário**. 5ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

ALVES, Cleber Affonso. **Direito Tributário: Estudos em Homenagem ao Professor Roque Antonio Carrazza**. 2ª edição. São Paulo: Editora Noeses, 2022.

SOUZA, Regina Helena Costa de. **Manual de Direito Tributário**. 11ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. **Curso de Direito Tributário**. 11ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

PEREIRA, Luciano Amaro. **Manual de Direito Tributário**. 8ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

FERNANDES, Bernardo Ribeiro de Moraes. **Curso de Direito Tributário**. 10ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

ALMEIDA, Fernando Antônio. **Planejamento Tributário Estratégico: Práticas e Benefícios**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Pereira. **Curso de Direito Tributário**. 8ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

CARVALHO, Marco Aurélio Greco. **Curso de Direito Tributário**. 12ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 10ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2020.

ROCHA, Valdir de Oliveira. **Curso de Direito Tributário**. 5ª edição. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2017.

ALMEIDA, Fernando Antônio. **Planejamento Tributário Estratégico: Práticas e Benefícios**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

FERNANDES, Bernardo Ribeiro de Moraes. **Curso de Direito Tributário**. 10ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

BARBOSA, Denis Borges. **Curso de Direito Tributário**. 7ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

- PEREIRA, Rodrigo. **Curso de Direito Tributário**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 7ª edição. São Paulo: Editora Forense, 2016.
- TORRES, Heleno Taveira. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 18ª edição. São Paulo: Editora Renovar, 2014.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 10ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2020.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 10ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2020.
- RIBEIRO, Luiz Gustavo A. L. **Educação fiscal: Uma nova forma de encarar a relação fisco-contribuinte**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.
- CARVALHO, Pedro. **Manual de Direito Tributário**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2021.
- OLIVEIRA, Ricardo Lopes de. **Planejamento tributário: Estratégias para redução legal de impostos**. 6ª edição. São Paulo: IOB Thomson, 2019.
- FERNANDES, Maria Aparecida. **Tributação no Brasil: Teoria e Prática**. 2ª edição. São Paulo: Quartier Latin, 2023.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Manual de Direito Tributário**. 12ª edição. São Paulo: Saraiva, 2022.
- LIMA, Antônio Carlos. **Direito Tributário: Teoria e Prática**. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2023.
- SOUZA, Luís Eduardo. **Direito Tributário: Teoria e Prática**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2021.
- GOMES, Antônio Márcio. **Direito Tributário: Teoria e Prática**. 5ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.
- MACARIO, Livia. A importância do planejamento tributário para a saúde financeira e o caixa das empresas. **Portal Contábeis**, 27 out. 2022. Disponível em: https://www.contabeis.com.br/noticias/53499/a-importancia-do-planejamento-tributario-para-as-empresas/?utm_source=desafios%20tributarios%20&utm_medium=BuscaRapida&utm_campaign=BuscaRapida. Acesso em: 17 jun 2023.
- MARQUES, Caio. Justiça tributária e capacidade contributiva: Análise do sistema tributário nacional aplicado às pessoas jurídicas. **Ibpt**, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://educacao.ibpt.com.br/justica-tributaria-e-capacidade-contributiva-analise-do-sistema-tributario-nacional-aplicado-as-pessoas-juridicas/>. Acesso em: 17 jun 2023.

MORATTO, Juliana. Evasão Fiscal :O que é e quais as consequências. **Portal Contábeis**, 13 ago. 2021.Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/57189/evasao-fiscal-um-desafio-da-economia-brasileira/>. Acesso em: 17 jun 2023.

AUGUSTO E ABROSIO, Caio e Claudia. Desafios da simplificação das obrigações acessórias no sistema tributário. **Consultor jurídico**, São Paulo, v. 26, n. 9, 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-26/takanoe-abrosio-desafios-simplificacao-tributaria>. Acesso em: 18 jun 2023.

TEIXEIRA, Luciano. Os desafios da reforma tributária no Brasil. **Lexlatin**, 08 maio 2023.Disponível em: <https://br.lexlatin.com/reportagens/os-desafios-da-reforma-tributaria-no-brasil>. Acesso em: 18 jun 2023.

COMPLEXIDADE da legislação: Relevante complicador da burocracia tributária no Brasil. **Taxcel**, 14 out 2022. Disponível em: <https://blog.taxceladdins.com.br/complexidade-da-legislacao-relevante-complicador-da-burocracia-tributaria-no-brasil/>. Acesso em: 18 jun 2023.

NOGUEIRA, Luana. A importância do compliance e governança tributária na gestão empresarial. **Governança tributária**, São Paulo v. 21, n. 7, 2021. Disponível em: <https://educacao.ibpt.com.br/a-importancia-do-compliance-e-governanca-tributaria-na-gestao-empresarial/>. Acesso em: 18 jun 2023.

CARINA, Luciana. O que a simplificação tributária representaria para as empresas?. **Ndd**, 10 set. 2021.Disponível em: <https://ndd.tech/blog/compliance-fiscal/simplificacao-tributaria-empresas/>. Acesso em: 18 jun 2023.